



Observação das práticas pedagógicas para com alunos com deficiência no Programa Mais Alfabetização

Mariana dos Santos Padrão¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ

Eixo temático: Práticas de inclusão escolar na educação básica -Pôster

Resumo: Este trabalho diz respeito ao relato de experiência do assistente de alfabetização do Programa Mais alfabetização (PMALFA). E tem por objetivo verificar as práticas pedagógicas que acontecem nas turmas de primeiro e segundo ano do Ensino fundamental, em uma escola do município de Duque de Caxias participante do PMALFA, que abordam aspectos da educação inclusiva. Além de, relatar as atividades realizadas com os alunos com deficiência integrantes do referido Programa. A metodologia utilizada foi embasada na pesquisa qualitativa através de um relato de experiência. O Programa Mais Alfabetização, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), é uma proposta que visa o processo de alfabetização de alunos regularmente matriculados no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental. A Política de Educação Inclusiva assegura a todas as pessoas a uma educação de qualidade, sendo necessário a execução desta perspectiva nas práticas pedagógicas. Por esta razão, entendemos a necessidade da reflexão sobre as práticas docentes que ocorrem nas salas de aula com os sujeitos público alvo da educação inclusiva. No decorrer da execução do Programa Mais Alfabetização, foi possível notar a falta de compreensão dos professores alfabetizadores para as questões da educação inclusiva. Ressaltamos a necessidade de acréscimo de informações na legislação do Programa. Esperamos mudanças nas práticas pedagógicas que se sucedem no âmbito do PMALFA, garantindo, maior participação dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Prática pedagógica. Inclusão. Alfabetização

¹ Pedagoga formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Introdução

O presente trabalho caracteriza-se um relato de experiência vivenciado por um assistente de alfabetização participante do Programa Mais Alfabetização (PMALFA). Este tem por objetivo verificar se as práticas pedagógicas que ocorrem nas turmas de primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, de uma escola no Município de Duque de Caxias, inscritas no Programa Mais Alfabetização possuem aspectos da educação inclusiva. Como também, relatar as atividades desenvolvidas para os alunos com deficiência participantes do PMALFA.

O Programa Mais Alfabetização, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), é uma proposta que visa o processo de alfabetização de alunos regularmente matriculados no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental. Este foi pensado a partir dos resultados insatisfatórios obtidos pelas avaliações: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (MEC, 2018).

De acordo com Redig e Dutra (2018) a Política de Educação Inclusiva assegura a todas as pessoas, independente de sua condição, a uma educação de qualidade. Mas para isso, tal política deve refletir nas práticas pedagógicas que acontecem no âmbito escolar, contemplando assim, a diversidade existente. A partir disto, entendemos a necessidade da reflexão sobre as práticas docentes que ocorrem nas salas de aula, principalmente com alunos com deficiência, afim de assegurar os direitos dos mesmos a educação inclusiva.

Isto posto, o referido Programa é novo no sistema de educação pública brasileira, e por isso, requer atenção para as práticas docentes desenvolvidas na execução do mesmo, principalmente, se essas atendem os alunos com deficiência.

Por estas razões, utilizamos como metodologia o relato de experiência que consiste na documentação de experiências humanas nas quais ocorreram



em um determinado tempo. De caráter qualitativo, pois não se preocupa com dados numéricos, e sim, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para tal recorreremos a criação de um diário de observação, bem como, uma entrevista aberta com seis professores alfabetizadores. Estes instrumentos de pesquisa foram executados e elaborados pelo assistente de alfabetização participante do Programa mais Alfabetização.

Ao todo foram entrevistados seis professores alfabetizadores designados para as turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Suas turmas eram compostas em média por 23 alunos. Além disto, cada turma possuía um aluno com deficiência.

Durante os meses de maio, junho e julho o assistente de alfabetização analisou aspectos fundamentais para a criação do diário de observação, como: práticas pedagógicas, rotina escolar, materiais e recursos didáticos disponíveis na escola. Já a entrevista aberta consistiu em conversas com professores alfabetizadores sobre questões da educação inclusiva e o olhar desses profissionais para seus alunos com deficiência.

Desenvolvimento

Breve apresentação do Programa mais Alfabetização

O Programa mais Alfabetização (PMALFA) é uma estratégia do Ministério da Educação (MEC) diante aos resultados das avaliações: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que possuem a intenção de verificar o nível de alfabetização de estudantes do terceiro ano do ensino fundamental. Este é regulamentado pela portaria MEC nº 142, de Fevereiro de 2018 e pautado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, conforme explícito no Manual Operacional de Orientação do Sistema Pedagógica e Monitoramento (2018).



Tal programa, foi criado com a finalidade de fortalecer e apoiar o processo de alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos alunos matriculados nos primeiro e segundo ano do ensino fundamental. Como também, a prevenção ao abandono, à reprovação e a distorção da idade/ano por meio da intensificação de ações pedagógicas que visem o processo de alfabetização (BRASIL, 2018).

Além disso, o PMALFA cumpre a determinação descrita pela Base Curricular Comum (BNCC) ao estipular que nos dois primeiros anos do ensino fundamental a ação pedagógica deve ter como o foco a alfabetização, garantindo assim, amplas oportunidades para os alunos na aquisição da leitura e escrita em conjunto com demais habilidades (BRASIL, 2018).

De acordo com o Manual Operacional de Orientação do Sistema Pedagógica e Monitoramento (2018, p.3) o referido programa reconhece que:

“ [...] a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem assegurar - com absoluta prioridade - a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 227 da Constituição, bem como reconhece que a responsabilidade pela alfabetização das crianças deve ser acolhida por docentes, por gestores, pelas secretarias de educação e pelas instituições formadoras como um imperativo ético indispensável à construção de uma educação efetivamente democrática e socialmente justa”.

Para a execução do Programa Mais Alfabetização são estipulados alguns atores essenciais para o desenvolvimento do mesmo, entre eles: o professor alfabetizador e o assistente de alfabetização. É de responsabilidade do professor alfabetizador: planejar; coordenar; organizar e desenvolver as atividades na sala de aula; pela articulação das ações do programa; prestação de informações das atividades desenvolvidas; supervisão do trabalho do assistente de alfabetização; articulação entre o programa com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar (BRASIL, 2018).



Cabe ao assistente de alfabetização: execução das atividades propostas pelo professor; apoio na realização de atividades; participação do planejamento das atividades junto com a coordenação do programa na escola; cumprimento da carga horária; auxiliar o professor alfabetizador nas atividades planejadas por ele; elaboração de relatórios; monitoramento da frequência dos alunos; acesso ao sistema digital do programa e pela participação nos cursos de formação do MEC (BRASIL, 2018).

Segundo o documento que regulamenta o PMALFA disponibilizado pelo MEC (2018), o professor alfabetizador poderá optar pelo assistente de alfabetização no momento da adesão do Programa. Já para aqueles que desejam ser voluntários (assistente de alfabetização), deverão se dirigir a instituição escolar participante. Este último deverá cumprir carga horária de cinco horas (para escolas não vulneráveis) a dez horas (escolas vulneráveis).

Uma das funções do Ministério da Educação é a formação dos Assistentes de alfabetização, gestores e professores de alfabetização. Como também a elaboração das avaliações que ocorreram durante o Programa, são elas: Avaliação Diagnóstica ou de Entrada que pretende verificar o nível de alfabetização dos educandos no início do programa; Avaliação Formativa de Processo que avaliará o avanço dos alunos durante o programa e a Avaliação de saída que deverá ocorrer após o termino do programa, afim de analisar o desempenho dos alunos como do assistente de alfabetização (BRASIL, 2018).

O recurso disponível é oriundo do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE. Este é destinado para as unidades escolares com o custeio de materiais necessários para o desenvolvimento do presente Programa, bem como, para as despesas dos voluntários (assistentes de alfabetização), conforme descrito no Manual Operacional de Orientação do Sistema Pedagógica e Monitoramento (2018).



A escola participante do relato de experiência e o Programa Mais Alfabetização

A referida escola participante deste relato de experiência se localiza no Município de Duque de Caxias, no bairro Jardim Gramacho. Esta possui três turnos (manhã, tarde e noite) e atende o público da Educação Infantil (quatro e cinco anos) e a primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). A instituição mencionada atende alunos de classe baixa moradores da redondeza.

Apesar da escola atender três turnos, o Programa Mais Alfabetização ocorrer na parte da manhã e tarde (7h às 15h) de segunda a quinta feira.

Nesta instituição são matriculados diversos alunos com deficiência inseridos em turmas regulares. Estes possuem atendimentos na sala de recursos por no mínimo uma vez na semana. Das turmas participantes, quatro fazem parte do público da educação especial: dois autistas, um deficiente intelectual e um com Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade TDAH. Dos quatro, somente dois tem acompanhamento de um agente de apoio a inclusão vinculado a secretaria de educação de Caxias. Estes estudantes possuem atendimento de no mínimo uma vez por semana na sala de recursos.

A escola dispõe de um espaço escolar amplo com salas de aula, banheiros, biblioteca, sala de recursos, informática, refeitório, salas para a equipe pedagógica e pátio.

Mesmo em meio as dificuldades em que esta escola se encontra atualmente, a equipe pedagógica se empenha para alcançar suas metas, bem como, para manter uma relação saudável com a comunidade.



Formação e prática docente frente a Educação Inclusiva

Durante muito tempo, a escola foi um espaço de privilégio para um determinado grupo. Tal ação excludente era legitimada por políticas e práticas reproduzidas socialmente. Cenário este que vem se modificando desde a universalização do acesso a todos a educação, como prevê a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Lei 9.394/96) (MEC, 2007).

Com isto, a política inclusiva vem sendo constantemente discutida na educação brasileira, principalmente no que diz respeito aos direitos do sujeito com deficiência. De acordo com Vaz e Dutra (2017) desde da época de 90 tem se intensificado a mobilização para a inclusão de alunos com deficiência nos âmbitos escolares com a finalidade de ofertar uma educação igualitária que respeite a diversidade. O que nos leva a refletir sobre o papel da escola, bem como, da formação e prática docente para a efetivação da política de inclusão.

Apesar da existência de legislações, como a LDB (1996) e a Política da Educação Inclusiva, que tornam obrigatório a oferta de disciplinas que contemplem temas da educação especial e inclusiva nos cursos de Licenciatura, como por exemplo: LIBRAS, diversas pesquisas evidenciam a necessidade da melhoria na formação docente como condição essencial para a promoção e efetivação da inclusão do aluno com deficiência, conforme afirma Pletsch (2009).

O estudo realizado por Antunes e Glat (2011) acerca da educação inclusiva no currículo de Pedagogia -Licenciatura, evidenciam que mesmo com a existência de uma política educacional que privilegie os alunos com deficiência e necessidades especiais no ensino regular, as disciplinas que compõe os cursos de formação de professores, como o de Pedagogia, que debatem a escolarização desse alunado são disponibilizadas de maneira fragmentados e/ou precárias.



Devido a existência de diversas barreiras para a efetivação da política educacional inclusiva, sendo uma delas a formação de professores, Coutinho (2010) salienta que tal política deve se concretizar tanto na formação docente como na educação continuada de educadores, no intuito de orientar esses profissionais em suas práticas para com os educandos com deficiência.

Relatando experiências

Conforme explicito no Manual Operacional de Orientação do Sistema Pedagógica e Monitoramento (2018), as atividades desenvolvidas nas turmas deverão ser planejadas pelo professor alfabetizador, ou seja, pelo docente regente da classe. O papel do assistente de alfabetização é auxiliar o professor regente em suas tarefas diárias com seus alunos.

Durante a execução do Programa mais Alfabetização, cada docente organizou e trabalhou de forma distinta em relação ao atendimento do assistente de alfabetização com os educandos. Podendo ser individual ou para um determinado grupo de alunos com dificuldades na escrita, leitura e operações matemáticas.

Nos planejamentos dos professores alfabetizadores eram elaboradas propostas de alfabetização, tanto de matemática como de língua portuguesa. Na maioria das vezes, tais propostas possuíam aspectos do método analítico, no qual trabalha-se a partir da parte (fonema, letra, sílabas, etc.) para o todo (palavra, frase, texto, etc.) (BRASIL, 2007).

Observamos que dos atendimentos em grupo ou individual no qual o assistente de alfabetização participou, nas quatro turmas de 1º ano e duas de 2º ano do Fundamental, não houve a presença de alunos com deficiência. Esses estudantes estavam presentes nas aulas, porém, nenhuma atividade era designada para eles. Aqueles que possuíam agentes de apoio a inclusão,



realizavam tarefas distintas dos demais dentro ou fora de sala de aula, partindo do interesse momentâneo do educando.

Estas ações descritas, vão contra as ideias de Silva, Padilha e Bontorin (2013). Para eles, é papel da escola e do corpo docente favorecer oportunidades de ensino para os alunos, inclusive para os sujeitos com deficiência, a partir do auxílio de recursos e práticas pedagógicas que vise e respeite as habilidades funcionais de cada indivíduo.

Foi possível notar a falta de compreensão, tanto dos professores alfabetizadores como dos agentes de apoio à inclusão para as questões da educação inclusiva. Estes profissionais, principalmente os agentes de apoio a inclusão, apresentaram desconhecimento sobre a utilização de ferramentas e estratégias, como a Tecnologia Assistiva, na alfabetização dos estudantes com deficiência. Além disto, é notório que a falta de um agente de apoio a inclusão ou mediador interfere na prática docente do professor alfabetizador.

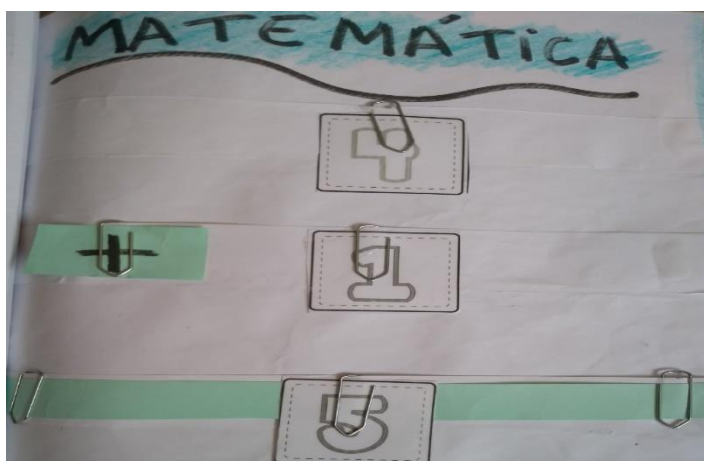
Rocha (2011) atribui ao professor o papel de mediador entre o aluno e o conhecimento, sendo de responsabilidade deste profissional a criação de situações pedagógicas nas quais os alunos com deficiência possam superar os ideários de senso comum, dando lugar a ações inclusivas e o respeito a diversidade.

A partir deste contexto, com a finalidade de incluir os educandos com deficiência nas atividades, o assistente de alfabetização elaborou alguns materiais e jogos para serem utilizados por todos os alunos, como por exemplo: a pasta interativa, alfabeto móvel, números interativos, jogos matemáticos, jogos de associação figura e palavras. Para isso, foram usados materiais recicláveis disponíveis na escola.

Estes materiais foram elaborados com a intenção de trazer a ludicidade como ferramenta de aprendizagem na construção de conceitos matemáticos e da língua portuguesa. O mesmo se modificava a partir dos conteúdos que eram

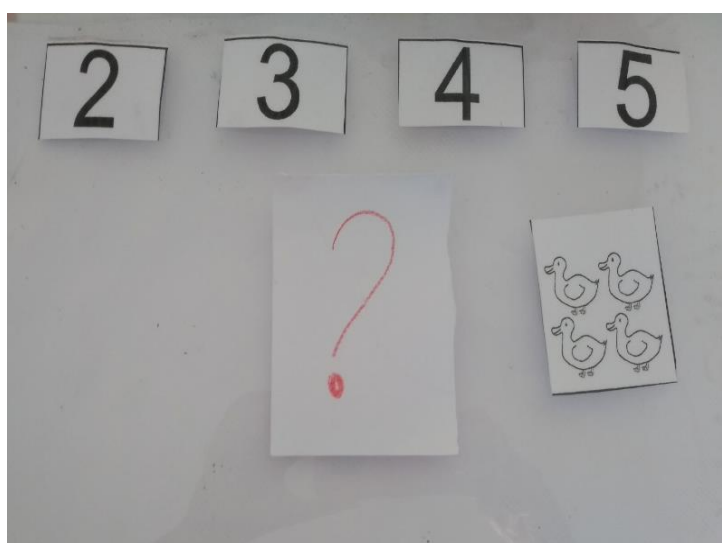
trabalhados em sala de aula, tornando se um auxílio para o processo de ensino aprendizagem dos educandos.

Figura 1- Pasta interativa: Operações matemáticas



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 2- Pasta interativa: jogo da charada (quantidade)



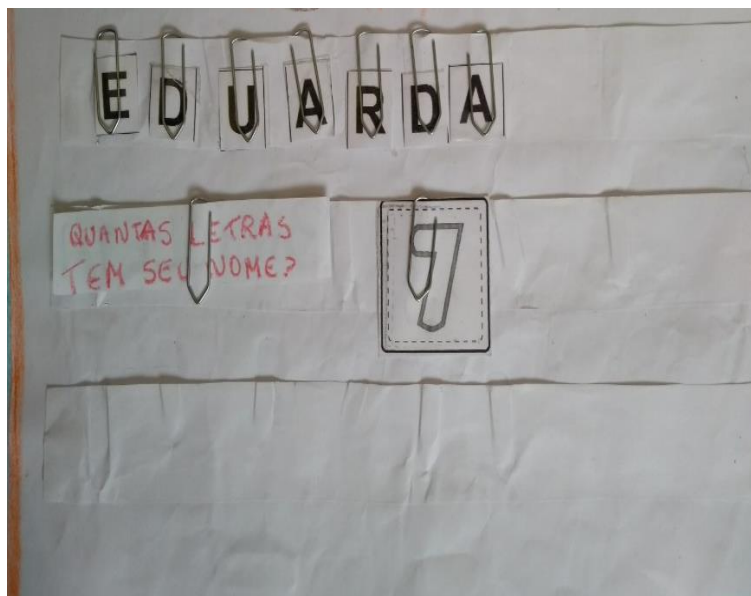
Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 3- Pasta interativa: associação desenho e palavra



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 4- Pasta Interativa: nome e quantidade



Fonte: Elaborada pelo autor



As duas primeiras figuras dizem respeito a materiais lúdicos elaborados com intuito de auxiliar na alfabetização matemática de alunos do 1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental. A primeira (figura 1), abordou conceitos das operações matemáticas de adição e subtração. A segunda (figura 2), retratou noções de quantidade, bem como, reconhecimento de números naturais.

Figuras de número 3 e 4, correspondem a materiais lúdicos criados para auxiliar na alfabetização da língua portuguesa. Essas abordaram conceitos como: associação de imagem com palavras canônicas e não canônicas (figura 3). Como também, reconhecimento do nome e sua composição (figura 4).

Diversos autores defendem a utilização do lúdico como aliada nas práticas pedagógicas para a alfabetização. Farias e Santos (2015) em seus estudos constataram que a ludicidade é um recurso didático de suma importância para a aprendizagem, principalmente na alfabetização matemática e da língua Portuguesa. Além de, favorecer a formação de cidadãos reflexivos de suas ações.

Em consonância a isto, Santos e Nóbrega (2015) enfatizam a importância do ludicidade como recurso didático na alfabetização matemática. Esta pode ser uma ferramenta de aproximação do aluno com conceitos matemáticos, proporcionando a ele uma melhor assimilação e compartilhamento de informações acerca de tais conteúdos.

Soares (2010) também aborda a relevância do lúdico na alfabetização e letramento. Para a autora a ludicidade proporciona ao educando a conhecer melhor seu mundo letrado, além de, ser uma ferramenta facilitadora na aprendizagem da leitura e escrita. Tornando assim, imprescindível na alfabetização e letramento.

Estes materiais foram criados com intuito de serem uma ferramenta facilitadora para o ensino aprendizagem, bem como, para a inclusão de aluno



com deficiência nas atividades desenvolvidas, já que estes não eram ativos em sala de aula. Apesar disto, foram poucas as vezes nas quais os professores alfabetizadores permitiram a participação destes educandos nas atividades com tais ferramentas junto com o assistente de alfabetização. Não proporcionando mudanças significativas acerca de habilidades de escrita, leitura e conceitos matemáticos.

Conclusão

Durante este relato de experiência, podemos notar que a Proposta do programa mais Alfabetização é válida e importante para impulsionar mudanças no cenário da educação brasileira, no que diz respeito a alfabetização de crianças do Ensino Fundamental. Porém, devemos direcionar nossos olhos para as práticas pedagógicas que ocorrem no PMALFA, principalmente para com alunos com deficiência, já que este é relativamente novo no país.

Ressaltamos a atenção para um ponto interessante no qual identificamos neste Programa, que é a falta de informações inseridas no documento disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC) denominado Manual Operacional de Orientação do Sistema Pedagógico e Monitoramento (2018) como: a exigência mínima de formação acadêmica do assistente de alfabetização e a falta de informação acerca do trabalho dos agentes integrantes do PMALFA para com o público alvo da educação inclusiva. Pois, se pressupõe que este alunado participe do referido Programa já que é destinado para alunos matriculados no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental.

Notamos que durante a observação das práticas pedagógicas para com os alunos com deficiência matriculados no Programa muitas ações, por parte dos professores alfabetizadores, não possuíam aspectos inclusivos. Tais atitudes nos fazem refletir acerca das práticas pedagógicas que ocorrem em sala de aula, sobre tudo com esses estudantes. Este trabalho corrobora com as ideias de



Silva, Padilha e Bonturin (2013) ao considerar a sala de aula um espaço importante e estimulante, quando utilizados os recursos e didáticas corretas, para a construção do processo de alfabetização dos educandos, bem como, para a inclusão escolar.

Uma das ações em sala de aula que vise propostas inclusivas é a mudança do olhar para os alunos com deficiência. É retirar-os do papel de sujeito incapacitados e dando-lhes a oportunidade de ser protagonistas, através da criação atividades diversas pautadas em: possibilidade, respeito a diversidade e inteligências múltiplas (ROCHA, 2011).

Acreditamos que uma das iniciativas para o rompimento das barreiras existentes no sistema de ensino aprendizagem é a análise da participação do aluno com deficiência na rotina de sala de aula pelo professor regente, como também, pelo professor especializado. Assim, será possível desenvolver ferramentas e estratégias essenciais para o processo educacional do mesmo (SCHIMER et al., 2007).

Esperamos que possa haver maiores oportunidades do atendimento do assiste de alfabetização para com os alunos com deficiência, seguindo os objetivos do Programa Mais Alfabetização que é a alfabetização da língua portuguesa e matemática de todos os alunos matriculados no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental. Como também, que haja maior conscientização por parte do professor alfabetizador em relação a sua prática com os estudantes com deficiência.



Referência Bibliográfica:

ANTUNES, K.C.V.; GLAT, R. Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva: os cursos de Pedagogia em foco. In: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (Org.). **Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Seropédica: Edur/UFRRJ, p. 188-201, 2011.

BERSCH, R.; MACHADO, R. Auxílio em Atividade de Vida Diária- Material Escolar e Pedagógico Adaptado. In: SCHIRMER, C; R. et al. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/ SEESP/ SEED, 2007. 129p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Orientação do Sistema Pedagógico e Monitoramento**. Brasília: 2018.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC /SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Alfabetização infantil: os novos caminhos**. Relatório apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Brasília 2007.

COUTINHO. S. R. F. S. **A formação de Professores na Proposta da Educação Inclusiva**. Monografia (Especialização em Educação Especial) Universidade Federal de Santa Maria. Januária-MG, 2010.

ELIAS, L, M. Como escrever um bom Relato de Experiência em “Implantação de Sistema de Informações de Custos no setor público”. **I Seminário Regional de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público**. Belém-PA, 2014.

FARIAS, C, E, M.; SANTOS, M, T. A Importância Do Lúdico No Processo Ensino aprendizagem: um novo olhar para o aprender. **II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, Campina Grande, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre. UFRGS, 2009. 120 p. Série Educação a Distância.

PLETSCH, M, D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR.

REDIG, A, G.; DUTRA, F, B, S. Dossiê: Inclusão escolar de pessoas com deficiência. **Revista Espaço Acadêmico**, n 205. Jun/2018.

ROCHA, A, B, O. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.2, Jul/Dez 2017



SANTOS,E,M.; NÓBREGA,F,A,R. Utilização do lúdico como ferramenta de motivação no processo de aprendizagem matemática. **Revista Eletrônica da FANESE**. v.4, n1, Set 2015.

SOARES, F. C. **A Importância do Lúdico nas práticas de letramentos e alfabetização**. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

VAZ, A. F.; DUTRA, F. B. S. A formação de novos profissionais de Educação Física em Universidades Públicas e Privadas do Rio de Janeiro sob a ótica da Inclusão. IN: DUTRA, F. B. S.; SANTOS, C. R. V.; BLASI, F. D. (Org.) **Aspecto da Deficiência: educação, esporte e qualidade de vida**. Curitiba, PR, p.15-26, 2017.